

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. PEDRO DO SUL

Rui Costa e Alberto Claudino Figueiredo, Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda, propõem à discussão e votação pela Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul a seguinte

MOÇÃO

O concelho de S. Pedro do Sul apresenta ainda uma baixa taxa de cobertura da rede de saneamento básico.

Este facto, por si só, é gerador de uma enorme desigualdade entre os munícipes que beneficiam da rede de saneamento básico e daqueles que, por inércia das políticas municipais ao longo de décadas descuraram este aspecto, não beneficiam ainda dessa rede, vendo-se obrigados ao recurso de soluções incómodas e dispendiosas, designadamente a compra dos dispositivos adequados ao armazenamento e tratamento das águas residuais.

No entanto, esta gritante injustiça é ainda agravada pelo regime tarifário e de taxas em vigor no Município de S. Pedro do Sul.

Se atentarmos no disposto no artigo 2.º do Capítulo III do Regulamento de Tarifas e Preços em vigor, verificamos que a limpeza de fossas ou colectores particulares é tarifada com uma taxa de base de € 5,86, aos quais acresce € 1,76 por cada metro cúbico ou fracção removido, e um valor entre € 0,31 e € 0,58 por cada Km percorrido.

Já os munícipes e empresas privilegiados com a existência de rede de saneamento básico à sua porta, pagarão, a título de taxa de conservação, uma quantia que oscila entre € 0,05 e € 0,10 por cada metro cúbico de água consumida, e ainda uma taxa anual única de € 8,77, tudo nos termos do artigo 55.º da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Município de S. Pedro do Sul.

Como se não bastasse a diferença de valores e de incómodos inerente aos dois sistemas, verificamos que, a injustiça é de tal ordem que, admitindo que 100% da água consumida é enviada para o sistema de esgotos, quem utiliza a rede de saneamento básico paga € 0,05 por metro cúbico e, quem tem de esvaziar a sua fossa, fora o serviço de transporte, paga € 1,76 por metro cúbico.

Resulta assim claro que os infortunados com a inexistência de rede de saneamento, são ainda prejudicados com um regime de tarifas que ainda agrava a sua situação de desigualdade.

Como se isso não bastasse, o actual regime beneficia o incumprimento da expansão da rede de saneamento básico por parte do Município de S. Pedro do Sul, que é a entidade gestora da rede e, assim, arrecada mais receita ao manter a actual situação.

Por outro lado, a nova legislação é cada vez mais exigente quanto à qualidade e custo dos dispositivos de armazenamento e tratamento de águas residuais, pelo que os munícipes que não beneficiam da existência de rede de saneamento público ainda mais custos terão que

suportar, quer em função dos novos equipamentos, quer em função da substituição dos actualmente existentes.

Por último, mas não menos importante, a presente proposta, para além da reposição da mais elementar justiça e da igualdade entre os municípios, pretende também incentivar a instalação de mecanismos de armazenamento e tratamento de águas residuais mais amigos do ambiente, evitando infiltrações indesejáveis nos solos, visto que há muito quem ainda recorra a simples fossas rotas, para evitar aos custos inerentes à limpeza dos dispositivos.

Assim, pela presente moção, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul propõe à Câmara Municipal de S. Pedro do Sul que delibere, **de imediato**, alterar o Regulamento de Tarifas e Preços em vigor, **passando a cobrar anualmente, a título de tarifa pela limpeza de fossas ou colectores particulares sempre que tal seja necessário, apenas as taxas de conservação em vigor para a utilização da rede de saneamento básico**, (substituindo-se os valores indexados ao consumo de água pela cubicagem de águas residuais removidas), desde que o munícipe, não possuindo possibilidade de se ligar à rede de saneamento básico, possua equipamentos de armazenamento e tratamento de águas residuais adequados.

S. Pedro do Sul, 30 de Outubro de 2009

Os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda,